

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2005 (Do Sr, EDUARDO VALVERDE)

Requer que esta Comissão convide os representantes do Departamento de Nacional de Produção Mineral – DNPM, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA, do Ministério Público Federal em Rondônia, da Empresa Metal MIG da Federação Nacional dos Garimpeiros e da Cooperativa dos Garimpeiros, para expor a situação dos garimpos existentes na Floresta Nacional do JAMARI em Rondônia,

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art 24, Inciso III e XIV do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que esta Comissão convide os representantes do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA, do Ministério Público Federal em Rondônia, da Empresa Metal MIG, da Federação Nacional dos Garimpeiros e da Cooperativa dos Garimpeiros, para expor a situação dos garimpos existentes na Floresta Nacional do JAMARI em Rondônia,

JUSTIFICAÇÃO

Em razão de perigo representado pela exploração descontrolada de jazidas minerais na Floresta Nacional de Jamari, no Município de Ariquemes Estado de Rondônia, que tem ocasionado danos ambientais e risco de conflitos sociais, é necessário que se tomem providências urgentes.

Na tentativa de resolver o problema, a gerência do IBAMA em Rondônia iniciou uma articulação que envolveu a Federação Nacional dos Garimpeiros, a

Cooperativa dos Garimpeiros, o DNPM, a Metal MIG, empresa detentora do arrendamento da lavra, e o Ministério Público Federal, com o objetivo de elaborar um TAC – Termo de Ajuste de Conduta, com critérios definidos e capaz de garantir a permanência e a estabilidade a centenas de trabalhadores garimpeiros, a exploração legal de minerais e a garantia de recuperação da área degradada.

No entanto, o problema vem arrastando-se há anos e a demora na solução tem gerado tensão na área do garimpo, em razão da permanência de centenas de garimpeiros em situação irregular. Paralelo a esta situação, a atividade mineradora tem ocasionado danos ao entorno à barragem da hidrelétrica de Samuel, levando ao perigo de seu rompimento, o qual causaria um desastre sem precedente.

Assim, considero necessário buscar uma solução correta do ponto de vista ambiental e social - obedecendo determinações legais - a partir de uma negociação que possa atender aos distintos interesses dos setores envolvidos. Com este objetivo é conveniente que a Comissão de Minas e Energia escute a todos buscando possibilitar as bases para uma proposta de acordo comum.

Sala das Comissões em,

EDUARDO VALVERDE
Deputado Federal – PT/RO